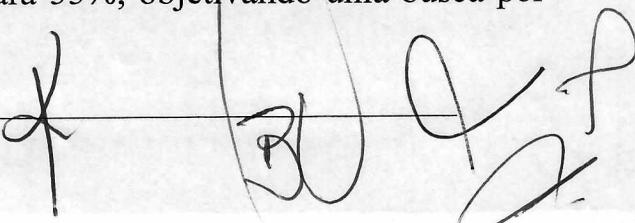




**Instituto de Previdência Social dos Servidores
Públicos do Município de Porto Ferreira**
CNPJ: 04.073.373/0001-43

**ATA DA OCTAGESIMA QUINTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO
COMITÊ DE INVESTIMENTO**

Aos 13 (treze) dias do mês de novembro de 2025, às 17:15 horas, na sala de reuniões do PortoPrev, os integrantes do Comitê de Investimentos, infra relacionados, e o Sr. Superintendente se reuniram para análise da Política de Investimentos para 2026. Iniciando a reunião, dada a palavra ao Sr. Superintendente, foi apresentado o Parecer Atuarial nº 060/2025. Observadas as premissas regulamentares, a taxa de juros definida foi de 5,50% podendo esta ser ajustada em 0,15, observado o que disciplina o art. 39 da Portaria 1.467/2022. Sobre este aspecto, os integrantes do Comitê de Investimentos não vislumbraram óbices para o acréscimo de 0,15, o que pode resultar em um menor impacto atuarial, passando a taxa de juros parâmetro para 5,65% no exercício de 2026, a ser considerada tanto para na política de investimentos quanto para a avaliação atuarial. Destacou o Sr. Superintendente que, conforme orientação do atuário: *“...o aumento da taxa de juros é sempre favorável para o resultado atuarial e a redução do déficit atuarial do plano previdenciário gerido pelo RPPS. Desta forma, recomendamos que seja adotada a taxa máxima permitida para a duração do passivo do fundo previdenciário como meta atuarial na Política de Investimentos para 2026.”* O Sr. Presidente do Comitê alertou que, o Conselho de Administração precisa deliberar sobre o ajuste da taxa de juros o mais rápido possível, sendo este parâmetro a ser adotado no futuro cálculo atuarial e política de investimentos. Prosseguindo com a palavra, o Sr. Superintendente apresentou para conhecimento e discussão minuta da política de investimentos para o exercício de 2026. O Sr. Superintendente informou que a Política de Investimentos foi elaborada em conjunto com o Presidente do Comite de Investimentos, sendo observadas as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.963/2021 e pela Portaria MTP nº 1.467/2022, que regulamentam as aplicações dos recursos dos RPPS. Foi destacado que, conforme Parecer Atuarial apresentado, a meta atuarial do PortoPrev para o período é de 5,65% ao ano, sendo este o principal balizador para a estratégia de alocação de ativos e para a avaliação de desempenho da carteira. Destacou-se que na Política foi adotado um perfil de investimento conservador, priorizando a segurança, a solvência e a sustentabilidade de longo prazo dos recursos previdenciários. Foram apresentados os conceitos fundamentais que embasaram a política, incluindo o Asset Liability Management (ALM), que busca o equilíbrio entre os ativos e passivos do fundo, e a Segregação de Massa, que visa a gestão diferenciada dos recursos conforme os grupos de segurados. Foram apresentadas as alterações na alocação objetivo para 2026 em comparação com a política de 2025, sendo destacado: **Títulos Públícos:** A alocação objetivo para Títulos Públícos aumentou de 35% para 55%, objetivando uma busca por





**Instituto de Previdência Social dos Servidores
Públicos do Município de Porto Ferreira**
CNPJ: 04.073.373/0001-43

maior segurança e liquidez em um cenário de incertezas. **Fundos 100% Títulos Públicos:** Houve uma redução de 30% para 19% possibilitando uma maior alocação em títulos públicos diretos em detrimento de fundos que replicam essa estratégia. Ainda, houve a redução de 0,50% na alocação em **Cota Sênior de FIDC e Fundos de Crédito Privado**, bem como redução de 4% nos Fundos de Renda Fixa. A exposição a **BDRs Nível I** foi reduzida em 50%, minimizando a exposição da carteira no cenário internacional. A alocação em Fundo de Participação foi completamente eliminada. O Sr. Presidente pontuou que, a análise estratégica das alterações revela um rebalanceamento da carteira em direção a um perfil conservador. O aumento na alocação em Títulos Públicos (ativos de menor risco e alta liquidez) é a principal evidência dessa estratégia. Simultaneamente, observa-se uma redução da exposição a ativos com maior volatilidade ou complexidade, como Fundos Multimercados e BDRs Nível I, indicando uma diminuição da exposição internacional. A eliminação do Fundo de Participação reforça a aversão a riscos de capital privado. Quanto as alterações realizadas, o Comitê concluiu que essas mudanças buscam manter o equilíbrio entre a segurança do patrimônio e a busca pela rentabilidade necessária para atingir a meta atuarial, priorizando a preservação do capital em um ambiente de incertezas. Foi apresentada ainda, uma análise do cenário macroeconômico projetado para 2025/2026, com destaque para os seguintes pontos:

Taxa de Juros e Inflação: As expectativas indicam uma trajetória de queda gradual da taxa básica de juros (Selic) no Brasil, embora em ritmo mais lento do que o inicialmente previsto, em função de pressões inflacionárias persistentes e da política monetária global. A inflação deve permanecer sob monitoramento rigoroso, com projeções próximas ao centro da meta, mas com riscos de alta. Quanto ao cenário de juros, conforme consignado na Minuta apresentada: *"Devido ao cenário de juros no Brasil, os ativos mais conservadores, tendem a permanecer atrativos. As projeções indicam Selic terminal em 15% ao final deste ano, com possibilidade de início do ciclo de cortes no primeiro trimestre de 2026, levando a taxa para 12,25% ao término do período. Considerando a estimativa de IPCA em 4,28% para o final do próximo ano, conforme o último Relatório Focus divulgado pelo Banco Central, observase que ativos indexados aos juros — como fundos DI, fundos de crédito privado e títulos públicos e privados — devem continuar entregando retornos acima da meta atuarial, ainda que em níveis inferiores aos registrados em 2025. Além disso, ao longo deste ano tem sido observado um fechamento da curva de juros, o que favoreceu o desempenho dos índices de renda fixa de maior duration, como IRF-M, IRF-M 1+, IMA-B e IMA-B 5+. Considerando a natureza do mercado de juros, que tende a antecipar movimentos de cortes por parte do Banco Central, existe a possibilidade — ainda que menos clara e concreta do que no caso dos*

Handwritten signatures of three individuals are placed over a horizontal line, likely representing the signatures of the members of the Committee.



**Instituto de Previdência Social dos Servidores
Públicos do Município de Porto Ferreira**
CNPJ: 04.073.373/0001-43

ativos conservadores — de que tais investimentos se beneficiem desse ambiente e capturem ganhos adicionais por meio da marcação a mercado.” Assim, destacou o Sr. Superintendente que, a expectativa é de que os ativos de renda fixa, especialmente os indexados à inflação e os pré-fixados de prazos mais longos, continuem a oferecer retornos atrativos, beneficiando-se da manutenção de taxas de juros reais elevadas e da estabilização da curva de juros. Ainda, foi esclarecido pelo Sr. Superintendente que, o mercado de ações brasileiro deve apresentar volatilidade, influenciado por fatores domésticos (reformas fiscais, cenário político) e externos (política monetária dos EUA, crescimento global). Contudo, setores específicos podem apresentar oportunidades de valorização, justificando a manutenção de uma exposição controlada. Neste sentido, foi abordado na Política de Investimentos que “Apesar dos desafios estruturais enfrentados pelas companhias brasileiras e das incertezas adicionais associadas ao ano eleitoral de 2026, o fluxo de capitais tende a se manter, impulsionado pelos cortes de juros do Federal Reserve e pelos resultados positivos reportados pelas empresas listadas na B3. Nesse contexto, o movimento de alta do Ibovespa, observado até meados de 2025, pode se prolongar em 2026, trazendo ganhos adicionais para carteiras mais expostas ao risco de mercado.” Prosseguindo em sua explanação, o Sr. Superintendente enfatizou que, a redução da exposição internacional reflete a percepção de maior risco e incerteza nos mercados globais. Destacou-se que, na elaboração da Política de Investimentos foram enfrentados desafios que incluem a gestão da volatilidade, a busca por ativos que superem a meta atuarial em um ambiente de juros em queda e a navegação em um cenário fiscal doméstico complexo. As oportunidades residem na diversificação dentro da renda fixa e na seleção criteriosa de ativos de renda variável. Tratando-se de novidade, em relação a Política de Investimentos anterior, o Sr. Superintendente detalhou a Seção que trata dos Limites e Alçadas, destacando que o procedimento descrito já vem sendo adotado pela Autarquia em sua rotina operacional, tratando-se de deliberação que era tratada nas primeiras reuniões do novo mandato do Conselho de Administração. O procedimento trata da autorização prévia ao Superintendente e ao Chefe da Divisão Financeira de aplicarem os recursos mensalmente recebidos em fundos de liquidez diária. Esta alçada específica é concedida para garantir a agilidade na gestão do fluxo de caixa e a rentabilização dos recursos, enquanto uma destinação de longo prazo não é definida pelo gestor de recursos, sempre observando as diretrizes da Política de Investimentos, o rito de aplicação e as disposições legais. Esta medida visa evitar a ociosidade do capital e otimizar a rentabilidade no curto prazo. Após discussão e análise da minuta apresentada, dirimidas as duvidas, considerando as diretrizes regulatórias e o perfil conservador do PortoPrev não houve objeção quanto a minuta de proposta das diretrizes da Política, sem



**Instituto de Previdência Social dos Servidores
Públicos do Município de Porto Ferreira**
CNPJ: 04.073.373/0001-43

prejuízo da dos índices a serem encartados no Anexo II (Relatórios de Acompanhamento). Encerrando a reunião, o Sr. Presidente informou que todo o material apresentado na reunião e documentos integrantes do Memorando 16.367/2025, fazem parte integrante desta ata. Nada mais para tratar, por indicação do Sr. Presidente, eu, CARLA CRISTINA ZABOTO CAMAROTTI, secretariei, anotei e digitei a ata, que após lida e aprovada, vai assinada por mim _____ e por todos os presentes.

Carlos Augusto Kruger
Presidente do Comitê de Investimentos

Virginia P. B. Bueno
Virginia Pinto Bernardo Bueno
Chefe da Divisão Administrativa

P. Ricardo Mutinelli
Paulo Ricardo Mutinelli
Conselho de Administração

B. Minorin
Bruno E. Minorin
Superintendente
CPF: 385.503.028-64
Matr. 000.008

portoprev